



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

### DIREITO X MERCADORIA: os rebatimentos do neoliberalismo na política de educação

LAW X MERCHANDISE: the returns of neoliberalism in education policy

Karolayne de Souza Fernandes <sup>1</sup>  
Gleidiane Almeida de Freitas <sup>2</sup>  
Gleicyanna Almeida de Freitas <sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os rebatimentos do ideário neoliberal na Política de Educação, especificamente nas escolas e Instituições de Ensino Superior (IES) no cenário brasileiro. Dessa maneira, utilizamos a pesquisa bibliográfica que fundamentou a discussão da educação na concepção mercadológica, a partir da perspectiva crítico-dialética, possibilitando compreender o modelo educacional inserido na sociabilidade capitalista, que visa à educação não como direito e, sim, como um mero serviço a ser comercializado para o alargamento dos grandes nichos do mercado financeiro. Resultando em disputas entre o público e o privado, bem como a dualidade nas respostas do Estado acerca da sua insustentabilidade em prover o acesso a uma Educação pública, igualitária, de qualidade, como também as condições dignas de trabalho ao corpo docente. Essa fragmentação sucateia a esfera pública em prol do investimento na iniciativa privada, para possibilitar a falsa democratização do ensino público.

**Palavras-Chaves:** Educação. Neoliberalismo. Mercantilização

#### ABSTRACT

The present article aims to analyze the refutations of the neoliberal ideology in Education Policy, specifically in schools and Institutions of

<sup>1</sup> Pós-graduada em Educação e Contemporaneidade pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: karolayne-fernandes@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: gleidianealmeidaass@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Contábeis e pós-graduada em Contabilidade Gerencial e Controladoria pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: gleicyanne1@hotmail.com

Higher Education (HEI) in the Brazilian scenario. In this way, we use the bibliographical research that founded the discussion of education in the market conception, from a critical-dialectical perspective, making it possible to understand the educational model inserted in capitalist sociability, which aims at education not as a right but as a mere service to be marketed for the expansion of the great niches of the financial market. Thus, it results in disputes between the public and the private, as well as the duality in the responses of the State about its unsustainability in providing access to a public education, egalitarian, quality, as well as decent working conditions for the teaching staff. This fragmentation ends up scrapping the public sphere for private investment in order to allow the false democratization of public education.

**Keywords:** Education; Neoliberalism; Commodities.

## INTRODUÇÃO

Na década de 1990 no Brasil é implementada a ideologia neoliberal, que prega o não investimento por parte do Estado em políticas sociais, priorizando o âmbito econômico em detrimento do setor social, com a intenção de sanar as constantes crises capitalistas.

Tendo por entendimento que o neoliberalismo atinge toda a sociedade em seus diferentes setores, sejam eles, Educação, Saúde, Assistência Social, dentre outros, queremos aqui enfatizar os drásticos e avassaladores rebatimentos que essa ideologia de cunho capitalista trouxe para a Política de Educação, tendo em vista que seus aspectos negativos refletem em grandes impactos na precarização do trabalho docente, bem como na mercantilização do ensino, assunto que abordaremos no decorrer deste artigo.

Essas consequências são refletidas nas reformas educacionais que influenciam diretamente o interior das políticas sociais, segundo Gandin (2000, p. 08) “o sistema escolar se organiza segundo as linhas estruturais da sociedade em que se insere [...]”, a partir da mercantilização do ensino, onde a escola ou as Instituições de Ensino Superior (IES) passam a ser vista apenas como uma forma de ter acesso ao mercado de trabalho.

À vista disso, este artigo objetiva trazer os elementos da ideologia neoliberal no contexto educacional, particularmente nas instituições de ensino, repercutindo em uma educação voltada para o trabalho, não considerando a democratização da educação para o exercício da cidadania, dos direitos sociais, civis e políticos.

O interesse pela discussão desta temática adveio a partir da percepção da expansão neoliberal nas políticas sociais, bem como das transformações da educação na contemporaneidade. Na pesquisa bibliográfica, buscamos nosso referencial teórico a partir de livros, artigos, e autores que discutem a temática para fundamentar teoricamente nossas análises.

Ancorados nos objetivos acima explicitados, o presente artigo foi dividido em quatro tópicos, além do resumo, introdução e considerações finais. No primeiro tópico apresentaremos acerca da Educação pública e as conquistas com a Constituição Federal de 1988; no segundo tópico traremos um breve histórico do neoliberalismo e seus rebatimentos no cenário brasileiro; e no terceiro tópico problematizaremos a Educação na perspectiva do trabalho.

## **2 EDUCAÇÃO PÚBLICA E AS CONQUISTAS COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 regulamentou no artigo 6º que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p.11).

Com isso, o direito a educação passa a ser promovida com a colaboração da sociedade e responsabilidade do Estado para todo cidadão, visando o pleno desenvolvimento do cidadão em todos os aspectos e dimensões, sua participação na sociedade, além de preparar para o mercado de trabalho. Reitera ainda que a educação não é dever exclusivo do Estado, tendo a família papel primordial a essa responsabilidade.

O artigo 206º também elenca os princípios basilares do ensino, com ênfase à igualdade de condições para o acesso à escola, à garantia de uma educação de qualidade, à gratuidade do ensino público, à valorização dos profissionais da educação e à liberdade de aprender e ensinar, assegurando ao cidadão o acesso ao conhecimento sem qualquer distinção e permitindo a sua emancipação a partir do acesso à educação e a permanência nas instituições de ensino, oferecendo-se condições para ela (BRASIL, 1988, p. 64). É importante darmos ênfase ao princípio que se refere à gratuidade no

ensino em todos os níveis da rede pública, alcançando o ensino médio e superior, diferente das legislações anteriores a CF.

A CF/88 traz aspectos da educação de forma genérica e superficial, ficando o detalhamento da forma de provimento e demais regulamentações a cargo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9394, foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, e abriu espaço para consolidar direitos que ampliaram o acesso e permanência dos estudantes na política de educação.

Na década de 1990 no Brasil é implementada a ideologia neoliberal, que prega o não investimento por parte do Estado em políticas sociais, priorizando o âmbito econômico em detrimento do setor social, com a intenção de sanar as constantes crises capitalistas.

Tendo por entendimento que o neoliberalismo atinge toda a sociedade em seus diferentes setores, sejam eles, Educação, Saúde, Assistência Social, dentre outros, queremos aqui enfatizar os drásticos e avassaladores rebatimentos que essa ideologia de cunho capitalista trouxe para a Política de Educação, tendo em vista que seus aspectos negativos refletem em grandes impactos na precarização do trabalho docente, bem como na mercantilização do ensino, assunto que abordaremos no decorrer deste artigo.

Essas consequências são refletidas nas reformas educacionais que influenciam diretamente o interior das políticas sociais, segundo Gandin (2000, p. 08) “o sistema escolar se organiza segundo as linhas estruturais da sociedade em que se insere [...]”, a partir da mercantilização do ensino, onde a escola ou as Instituições de Ensino Superior (IES) passam a ser vista apenas como uma forma de ter acesso ao mercado de trabalho.

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, indígena, no campo e ensino a distância (LDB, 2010, p. 3).

A LDB vem discutir acerca de pontos importantes na Educação, como a Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das unidades escolares (artigo 3º e 15º); educação básica

obrigatória e gratuita, a partir dos 04 anos de idade (artigo 4º); a criação do Plano Nacional de Educação (artigo 87º), além de outros assuntos pertinentes ao ensino, como a educação especial, indígena, no campo e o Ensino a Distância (EaD). A LDB propõe uma educação muito mais humana e formativa, objetivando que a educação seja prioridade, com sujeitos participativos no tocante a família, as relações humanas, sociais e culturais.

Portanto, todos os avanços na Política de Educação regulamentados em base jurídica foram baseados aos processos de efervescência e mobilizações sociais, tendo como o marco primordial a CF de 1988, porém ocorreu no cenário brasileiro uma reversão em direitos conquistados arduamente pela classe trabalhadora, por meio da estruturação da política neoliberal adotado pelo Estado brasileiro na década de 1990. Dessa maneira, veremos no item a seguir.

### **3 BREVE HISTÓRICO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

O neoliberalismo consiste em uma estratégia ideológica, política e econômica, na qual se originou logo após a Segunda Guerra Mundial, nos países centrais do capitalismo. Segundo Anderson (1995), o receituário neoliberal foi difundido pelas ideias do economista Friedrich Hayek que tinha a finalidade de desmontar a estrutura do Welfare State ou Estado de bem-estar social<sup>4</sup> para possibilitar a expansão da economia.

Essas concepções neoliberais se espalharam como pacotes de medidas, sendo disseminado para todos os países, inclusive chegou ao cenário brasileiro com todo o vapor nos anos 1990, para promover ajustamentos fiscais em toda esfera pública em nome do equilíbrio financeiro do Estado, sendo necessário reduzir os gastos públicos, no que tange as políticas sociais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 para proporcionar a estabilidade e desenvolvimento social e econômico.

Desta forma, o neoliberalismo foi instalado sob o comando do governo Collor de Mello e realçado na administração do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), em que criou o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), realizado pelo

---

<sup>4</sup> O modelo de bem-estar social acaba se baseando na ampliação da política social aliada ao capitalismo, caracterizando-se pelo caráter imediatista e corporativista no cenário mundial, implementando o crescimento de programas sociais para dar assistência às famílias e trabalhadores e trabalhadoras, sejam, na cobertura de acidentes, seguro-desemprego, aposentadorias e pensões

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) em 1995 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Essas reformas, de acordo com Behring (2003), consistem em retrocessos e desmonte em direitos promulgados pela Constituição Cidadã de 1988, na qual acaba corroborando para o alargamento nos processos de sucateamento, privatização e mercantilização das políticas públicas, em que termina refletindo nos serviços públicos, acarretando impactos negativos na expansão e efetivação dos direitos sociais, políticos e civis para o contexto brasileiro.

Ainda com a interpretação de Behring (2003), existe uma contrarreforma em curso, na qual consiste em uma reforma não administrativa, e sim política, que contém o discurso de insustentabilidade do Estado para com as políticas públicas, em especial no campo da educação que iremos abordar a seguir. Essas reformas tem o intuito de desvincular recursos públicos, para a realização do pagamento da dívida externa, como também serem injetadas nos grandes grupos e empresas estrangeiros para expandir e alavancar o nicho do mercado financeiro.

Essa ampliação do setor privado ocasiona a redução dos gastos para com as políticas públicas, corroborando assim, para a precarização e sucateamento destas, em particular na Política de Educação. Com isso, o capital financeiro apropria dos orçamentos públicos, como também difunde o discurso da necessidade de reformular o escopo do Estado para recuperar o patamar do desenvolvimento do país, e possibilitar um futuro melhor para os cidadãos.

A corrente neoliberal está ancorada na máquina estatal, nas palavras de Netto e Braz (2007, p. 227), na qual o Estado tem o intuito de “diminuir o Estado e cortar as suas ‘gorduras’”, no tocante as políticas públicas, disseminando argumentos da suposta crise fiscal e a sua inviabilidade com o setor social, priorizando as relações de mercado. Desse modo, o aparato estatal faz com que as políticas públicas fiquem a mercê das relações do mercado financeiro que tentam se apoderar, e, principalmente, desmontar todas as conquistas alcançadas pela classe detentora da força de trabalho.

Nesse sentido, em consonância com Harvey (2005), a tendência do receituário neoliberal é a de encolher infimamente os direitos conquistados na justificativa de controlar os custos e obter uma maior lucratividade para o mercado. É importante destacar que o Estado constitui o regulador e o produtor das ações financeiras, acaba

transferindo suas incumbências para o setor privado, proporcionando uma parceria “complementar” ao acesso de bens e serviços, desresponsabilizando de suas obrigações para com a sociedade. Dessa forma, abordaremos no item a seguir, os rebatimentos do ideário neoliberal no campo da educação.

### **3.1 Os rebatimentos do neoliberalismo na Política Educacional**

Com o avanço do neoliberalismo no contexto brasileiro, as políticas públicas, especialmente a Política de Educação, passaram a ser disputadas pelas novas adaptações do mercado financeiro, a fim de alavancar a economia internacional. A lógica neoliberal objetiva desmontar toda a estrutura do setor público, fortalecendo os processos de privatização no campo educacional.

Dessa forma, de acordo com Ferrarez (2016), a Política da Educação, passa a ser tratada como um processo de mercantilização, isto é, na sociabilidade capitalista em que estamos inseridos, o campo do ensino deixa de se constituir como um direito e passa a se estabelecer como um produto para a comercialização para os grandes grupos de empresas que movimentam o mercado.

Ainda na interpretação de Antunes e Lemos (2018), a questão da contrarreforma na educação está articulada ao crescimento do setor privado, ou seja, a venda de serviços educacionais, em que podemos mencionar o avanço das Instituições de Ensino Superior (IES) no setor privado em diminuição do ensino superior público. Este modelo de educação mercantil, está atrelada a lógica do mercado, podemos destacar que este sistema mercantil da educação é pertencente ao projeto burguês, no qual Estado se apropria do argumento de ineficiência para o não arcar com educação preconizada como dever, e acabam repassando as suas responsabilidades ao âmbito privado para ser desempenhadas.

De acordo com o discurso da ofensiva neoliberal acerca da educação nas escolas, o ensino público é visualizado pela lógica capitalista como algo que não funciona, sendo preciso flexibilizar esta política, utilizando assim, as estratégias de transferir a respectiva política para o campo privado, devido à instabilidade de o Estado arcar com os custos da crise para gerenciamento e execução das políticas públicas, o campo da educação pública fica prejudicada com a fragmentação de investimentos que são ínfimos (GENTILI; SILVA, 1999).

Ainda na interpretação de Gentili e Silva (1999), a estratégica da ofensiva neoliberal é disseminar a insustentabilidade para promover a precarização na Política de Educação ocasionando assim, intensos rebatimentos que refletem na classe trabalhadora que mais utiliza os serviços e atendimentos públicos.

Frente a isso, torna-se perceptível mencionar os cortes nos recursos financeiros das Instituições de Educação Superior ao não incentivo do ensino, pesquisa e extensão que resulta na fragmentação. Desse modo, percebemos a falta de priorização do Estado em relação ao setor público no que se refere a ter uma educação de qualidade, com pouco investimento no ensino público impacta diretamente no contexto social das crianças, adolescentes e jovens desse país.

Isto posto, podemos apresentar a interpretação de Ferrarez (2016, p. 82), sobre o maior investimento do Estado para o campo privado do que no setor público, especialmente no ensino superior,

A educação, por exemplo, passou e passa por um processo de mercantilização. O Estado deveria investir em uma educação de qualidade para todos os brasileiros como forma de proporcionar igualdade de acesso ao mercado de trabalho, mas (desde a ditadura militar) os governos fortaleceram o repasse de verbas públicas para IES privadas como forma de garantia de acesso ao ensino superior (FERRAREZ, 2016, p. 82).

Dessa maneira, não podemos dissociar a política de educação do contexto capitalista, sob a luz da economia, da política e do social, segundo Antunes e Lemos (2018), destaca na Constituição Cidadã de 1988, acerca do papel essencial do Estado de assegurar e efetivar com ações e serviços o acesso gratuito que corresponde o direito a educação para todos os cidadãos brasileiros.

Entretanto, o que vem acontecendo é a inversão de responsabilidades, em que a máquina estatal repassa recursos públicos e fortalecendo as universidades privadas, ao que concerne aos diversos programas e modalidades do ensino particular que reforça a precarização e o sucateamento do ensino, particularmente no nível superior público.

A educação que deveria ser encarada como direito que permite o acesso de forma igualitária para todos os brasileiros, passa ser vislumbrada como um mero negócio de fonte lucrativa e, principalmente disputada pelos grandes nichos do capitalismo para promover a acumulação, centralização, obtenção e geração de lucros.



A expansão da iniciativa privada nas escolas, como também no ensino superior, vem crescendo de maneira exorbitante devido a inserção e desenvolvimento da ideologia neoliberal. Segundo Antunes e Lemos (2018, p. 20), o que vem ocorrendo no cenário brasileiro é ampliação “desenfreada de cursos e vagas no ensino superior na esfera privada e implementação da modalidade a distância, no sentido de galgar um novo nicho mercadológico em países da periferia do capital”.

Nesse sentido, os programas de oferta de cursos do ensino superior citados por Antunes e Lemos (2018), são conhecidos como Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>5</sup> e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>6</sup>, existindo a modalidade de Ensino a distância nas IE’S privadas e também nas públicas.

O crescimento da iniciativa privada acaba sendo priorizado acidentalmente pela política do Estado neoliberal que se articula com os grandes grupos do capital internacional, por meio da falsa democratização do ensino que tenta camuflar a concepção de educação como direito de todos, utilizando uma nova roupagem do ensino associada como um mero serviço a ser comprado e ofertado em todas as instituições de ensino, particularmente na iniciativa privada. A disponibilização da educação como mercadoria está vinculada cada vez pactuada ao mercado financeiro e ao processo de lucratividade, tornando a Política de Educação no âmbito público flexível e, principalmente sucateada pelos ínfimos recursos recebidos pelo Estado.

Dessa maneira, iremos aprofundar a educação na perspectiva do trabalho atrelado a concepção mercadológica no próximo item.

#### **4 A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DO TRABALHO: EDUCAÇÃO MERCADOLÓGICA**

Com o contexto neoliberal nos anos 1990 e as reformas educacionais ocorridas nos anos posteriores, as escolas passam a assumir novas funções, deixa de ter como

---

<sup>5</sup> De acordo com o site do Ministério de Educação (MEC), o Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (BRASIL, 2018).

<sup>6</sup> Segundo o site do Ministério de Educação (MEC), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2018).

principal objetivo a construção do conhecimento, para se adequar a novas realidades e demandas, visando atender às necessidades básicas de aprendizagem.

Mediante a esses processos, é próprio da perspectiva neoliberal, a educação mercadológica, ou seja, a educação associada às necessidades do mercado de trabalho. Segundo Silva (2002, p. 20).

[...] a estratégia neoliberal não se contentará em orientar a educação institucionalizada para as necessidades da indústria nem em organizar a educação em forma de mercado, mas que tentará reorganizar o próprio interior da educação, isto é, as escolas e as salas de aula, de acordo com esquemas de organização do processo de trabalho.

O sistema educacional tem se ajustado a demandas específicas, promovendo a empregabilidade, reduzindo o papel da educação a oferecer ferramentas necessárias para atuar no mercado, além do crescimento do ensino técnico, que contribui diretamente na estreita relação entre escola e trabalho.

Deste modo, a escola passa ser vista não mais com caráter educativo, um espaço de desenvolver suas potencialidades, exercer a cidadania, mas, visando um aprendizado que gere trabalho imediato, “a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado” (GENTILI; SILVA, 1999, p. 20).

Posto isso, o Estado neoliberal é mínimo para o financiamento da escola pública e máximo para definir mecanismos de avaliação pedagógica antidemocrática, verticalizada, retirando a autonomia das instituições de ensino e dos professores, a conhecida dinâmica autoritária.

Dessa forma, as novas configurações ocorridas no mundo do trabalho rebatem em alterações no perfil profissional dos trabalhadores, de acordo com Guerra (2010), essas mudanças estão relacionadas a desregulamentação do trabalho, ou seja, constantes alterações na legislação trabalhista, subcontratação, desiguais formas de contrato e vínculos empregatícios que se tornam cada vez mais precários e instáveis a terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho, como também salários flexíveis, polivalência, precariedade dos espaços laborais.

Diante desses novos padrões de trabalho, em um cenário de reformas no mundo do trabalho, é posto aos professores a necessidade de possuir novas práticas e novos saberes no seu cotidiano de trabalho, são muitas as novas exigências pedagógicas e

administrativas que os profissionais da educação são forçados a responder, sendo apresentados como novidade ou inovação, são vistas como algo natural e indispensável para os trabalhadores.

Conforme Oliveira (2004) frente a essas exigências o que se nota é a sensação de insegurança e desamparo, faltam condições adequadas de trabalho; as reformas educacionais, alterações no trabalho pedagógico, sem uma atenção específica para as necessidades dos professores, implicam em processos de precarização do trabalho docente.

Sendo assim, a desvalorização, desqualificação e precarização do trabalho docente, estão estreitamente relacionados aos rebatimentos da conjuntura neoliberal, tendo em vista que a educação, passa a ser transformada em um mero serviço prestado, sofrendo com o desmonte dos direitos sociais no interior da política educacional, dos seus usuários, e principalmente, atingindo os trabalhadores diretamente ligados a ela, provocando perdas de direitos trabalhistas, historicamente conquistados.

Na interpretação de Oliveira (2004), a ideologia neoliberal resulta em um percentual cada vez mais crescente de contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o desrespeito a um piso salarial da categoria, a inadequação e ausência de planos de cargo e salários, a perda de garantias trabalhistas e as reformas nas leis previdenciárias, oriundas dos processos de reforma do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no setor público.

Segundo Silva e Gentili (1999), ocorre atualmente o processo de mcdonaldização, que transfere princípios de funcionamento dos fast foods a espaços escolares, baseado na ideologia neoliberal de transferir a educação à esfera do mercado, reestruturadas sob o padrão produtivista.

Nesse cenário, o processo de mcdonaldização reflete nas políticas de formação dos docentes, que são desenvolvidas por técnicos e consultores da área de mercado, e repassadas para os profissionais mediante capacitações de forma centralizada, sem a mínima intervenção dos professores, são treinamentos rápidos e focalizados, ainda de acordo com Silva e Gentili (1999), esses novos formatos assemelham-se a manuais que visam estimular o êxito empresarial nas instituições educacionais.

Aliado a este fato, outra característica inerente ao neoliberalismo no campo educacional, é a constante busca por avaliações e controle de qualidade, a lógica de mercado na esfera escolar promove, por meio de indicadores de desempenho de profissionais e instituições, avaliações do sistema de ensino em busca por resultados concretos.

Em consonância com Santos (2004), essa nova lógica de avaliação serve como medida de produtividade, em que os professores passam a ser monitorados em todas as suas atividades pedagógicas, desenvolvendo seu trabalho a partir do que foi definido pelas autoridades educacionais como indicadores de bom desempenho, diante disso, é desenvolvido sutilmente a culpabilização e responsabilização dos professores por metas que não foram alcançadas, não levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e institucionais que os profissionais estão inseridos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa conjuntura, vivenciamos os diversos ataques e retrocessos do neoliberalismo para com as políticas públicas, em especial, podemos mencionar o campo da educação que tem se tornado uma dualidade nas respostas do Estado que deveria efetivar a Política de Educação como direito a todos, acaba transformado esse processo em serviços a serem comercializados para que atendam os grandes anseios ou interesses do grande capital financeiro.

Desse modo, com a minimização da máquina estatal para com as políticas públicas, particularmente na Política de Educação, o Estado termina priorizando e reconhecendo os serviços disponibilizados pela iniciativa privada, tais como o alargamento do ensino privado nas escolas e nas IES, na ampliação da oferta de cursos e modalidades de ensino para aqueles que podem efetuar o pagamento, revertendo o direito ao ensino público, igualitário e de qualidade que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora em uma mera mercadoria a ser comprada, transformando o cidadão em um mero consumidor nesta sociabilidade capitalista.

Portanto, são acentuados os reflexos e rebatimentos da ofensiva neoliberal para com as políticas públicas e, principalmente, para a classe trabalhadora. O que ocorre é o aumento dos processos de privatização no âmbito público, a expansão da precarização das estruturas físicas das escolas e IES públicas, como também a fragmentação do

trabalho docente com o incremento das intensas terceirizações que resultam nos baixos salários, garantia de direitos inexistentes, acarretando assim, na desvalorização e desqualificação do trabalho, no qual acaba penalizando na disponibilização do ensino público.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTIL, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas iniciais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANTUNES, Andressa Elisa Martos; LEMOS, Esther Luíza de Souza. A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2).

BEHRING, Elaine, Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade Social e o lugar da filantropia. **Serviço Social e Sociedade**. Nº73. São Paulo; Cortez, 2003, p.101-117.

BRASIL. **Conceito sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>> Acesso em: 19 de novembro de 2018.

BRASIL. **Conceito sobre o Programa Universidade para todos (PROUNI)**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>> Acesso em: 19 de novembro de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9394/1996.

FERRAREZ, Cyntia Santos. Mercantilização da educação superior brasileira e a formação profissional do serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.31, jan/jun.2016.

GANDIN, LUIS A. **A Escola a Procura de Clientes**. In Revista de Educação AEC, v. 29, n. 116, Brasília, 2000.

GENTILI, P. **A Educação e as razões da esperança numa era de desencantos**. In. OSOWSKI, C. I. Educação e Mudança Social: por uma pedagogia da esperança. São Paulo: Loyola, 2002, p. 25-40.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Escola S.A.: Quem ganha e Quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1999.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 104. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **NEOLIBERALISMO: história e implicações**. Tradução: Sobral Maria, Adail; Gonçalves, Stela. São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>> Acesso em: 10 de Setembro de 2018

LIBANEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educ. Pesqui. [online]. 2012, vol.38, n.1, pp.13-28. Epub Oct 21, 2011. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>> Acesso em 03 de out. de 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2007, p. 211-239.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Formação de professores na Cultura do Desempenho. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez. 2004.